



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**Ata da 59ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia**  
**Plenária Extraordinária**  
**25 de março de 2022**

1 Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, às dez horas e vinte  
2 e seis minutos, iniciou-se a Quinquagésima Nona Plenária Extraordinária, realizada de  
3 forma híbrida, do Décimo Oitavo Plenário do Conselho Federal de Psicologia.  
4 Participaram nessa ocasião de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida, Ana  
5 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio  
6 Virgílio Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva, Izabel Augusta Hazin Pires, Losiley  
7 Alves Pinheiro, Maria de Jesus Moura, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena Alves,  
8 Neuza Maria de Fátima Guareschi e Robenilson Moura Barreto. Presentes de forma  
9 virtual: Ana Paula Soares da Silva, Katya Luciane de Oliveira, Norma Celiane Cosmo e  
10 Rodrigo Acioli Moura. Ana Sandra inicia a reunião saudando as<sup>1</sup> participantes, informa  
11 as ausências, justificando-as. Em seguida, procedeu-se à discussão dos pontos. **Ponto 1:**  
12 **SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO CRP-08**  
13 **(Processo SEI nº 576600020.001217/2020-21).** Izabel Augusta Hazin Pires informou  
14 que o objetivo do ponto é apreciar o parecer com a análise da Minuta de Regimento  
15 Interno do CRP-08. Em seguida, iniciou a leitura do parecer. Ana Sandra Fernandes  
16 Arcoverde Nóbrega disse que o regimento interno está aprovado pelo plenário do  
17 Conselho Federal de Psicologia, condicionado à alteração que será realizada pelo CRP  
18 08. Norma Celiane Cosmo acha que as alterações devem ser encaminhadas ao CRP 08,  
19 para as adequações e que o regimento interno do CRP 08 deve passar novamente pelo  
20 plenário do CFP para aprovação, dado as mudanças de gestões que acontecerão no  
21 corrente ano, e também que não há como controlar se o CRP 08 fará as alterações. João  
22 Diego (GJur) disse que a questão apontada pela conselheira Norma Celiane Cosmo é  
23 importante, mas que a alterações a serem realizadas não modificam o mérito. Após  
24 dirimidas todas as questões, passou-se à votação. Em regime de votação, o plenário  
25 aprovou, por unanimidade, o Regimento interno do CRP 08, desde que as adequações  
26 sejam feitas. **Encaminhamentos:** A) O Plenário está de acordo com o parecer da  
27 relatora: “Pelas razões acima expostas, voto pela aprovação parcial da alteração do

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

28 Regimento Interno, de modo que a redação dos artigos 21, incisos V e X e 28, inciso IV  
29 seja aprovada com alterações.”; B) Após o envio das correções pelo Regional, não será  
30 necessário que o Plenário aprecie novamente o regimento. **Ponto 2: SOLICITAÇÃO**  
31 **DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO CRP-09 (Processo SEI nº**  
32 **576600020.001196/2019-19).** Izabel Augusta Hazin Pires informou que o objetivo do  
33 ponto é apreciar o parecer com a análise da Minuta de Regimento Interno do CRP-09.  
34 Em seguida, iniciou a leitura do parecer. Salientou a necessidade de que este Regimento  
35 Interno retorne ao CFP para averiguar as alterações realizadas pelo CRP 09. Após  
36 dirimidas todas as questões, passou-se à votação. Em regime de votação, o plenário  
37 aprovou, por unanimidade, o Regimento Interno do CRP 09. **Encaminhamentos:** O  
38 Plenário está de acordo com o parecer da relatora: “Nesse sentido, voto pela remessa do  
39 presente Processo ao Regional, de modo a oportunizar a correção do Regimento, que  
40 poderá, uma vez realizados os ajustes, submeter novamente a Minuta a esse Plenário.”  
41 **Ponto 3: SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO CRP-**  
42 **22 (Processo Sei nº 576600020.000963/2018-83).** Izabel Augusta Hazin Pires informou  
43 que o objetivo do ponto é apreciar o parecer com a análise da Minuta de Regimento  
44 Interno do CRP-22. Em seguida, iniciou a leitura do parecer. Após dirimidas todas as  
45 questões, passou-se à votação. Em regime de votação, o plenário aprovou, por  
46 unanimidade, o Regimento Interno do CRP 22. **Encaminhamentos:** O Plenário está de  
47 acordo com o parecer da relatora: “Por terem sido atendidas as solicitações de alterações  
48 anteriormente feitas pelo Conselho Federal de Psicologia, voto pela aprovação do  
49 Regimento Interno do CRP-22.” **Ponto 4: EDIÇÃO DA INSTRUÇÃO**  
50 **NORMATIVA 01/2022 (Processo Sei nº 576600004.000125/2020-22).** Marisa Helena  
51 Alves informou que na APAF de maio de 2021 (dois mil e vinte e um), foi aprovada a  
52 versão final da Resolução que regerá o processo eleitoral de 2022 (dois mil e vinte e  
53 dois), a Resolução 05/2021. Em tal Regimento foi estabelecida a criação de uma  
54 Comissão Nacional de Heteroidentificação ou Aferição, que será responsável por  
55 estabelecer os critérios, bem como avaliar o cumprimento deles, pelas candidatas que  
56 estiverem concorrendo dentro da reserva de vagas para negras, indígenas, pessoas trans,  
57 pessoas com deficiência ou povos tradicionais. Na APAF de novembro de 2021 (dois  
58 mil e vinte e um), foi aprovada a Instrução Normativa CFP 1/2022, que institui a  
59 Comissão Nacional de Heteroidentificação e Aferição e estabelece critérios e  
60 procedimentos para sua atuação para fins de confirmação de candidaturas no processo  
61 eleitoral dos Conselhos Regionais de Psicologia e para a Consulta Nacional do  
62 Conselho Federal de Psicologia. O trabalho dessa comissão será em primeira instância e  
63 recursal, por meio de parecer emitido para as Comissões Eleitorais. Porém, durante a  
64 realização da primeira reunião com a CNHA notou-se vários problemas, dentre eles, a  
65 necessidade de ampliação dessa comissão, a fim de termos pessoas suficientes para  
66 atender a demanda de aferição e verificação, dentro do prazo estabelecido no  
67 Regimento, que é muito curto para análise dos membros de uma determinada chapa,  
68 mas prolongado ao longo de várias semanas para análise de todas as chapas dos 24

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

69 (vinte e quatro) CRPs – Conselhos Regionais de Psicologia e das chapas concorrentes à  
70 Consulta Nacional, somando mais de um mês de trabalho intenso. Frente ao exposto, o  
71 objetivo desse ponto é apresentar à diretoria e ao plenário as alterações necessárias no  
72 texto da Instrução Normativa CFP 1/2022, para que se consiga cumprir o que foi  
73 estabelecido e designado à CNHA, dentro do prazo regimental. Uma das principais  
74 alterações é a ampliação da Comissão, de 15 (quinze) membros para 30 (trinta)  
75 membros, e sua organização em 6 (seis) subcomissões, sendo 2 (duas) subcomissões de  
76 5 (cinco) pessoas, cada, para análise das candidatas que vão se inscrever na reserva de  
77 vagas para indígenas, pessoas trans, pessoas com deficiência ou povos tradicionais; e, 4  
78 (quatro) subcomissões de 5 (cinco) pessoas, cada, para análise das candidatas que vão se  
79 inscrever para reserva de vagas para pessoas negras. Foram sugeridos nomes para a  
80 ampliação da comissão. Marisa Helena Alves explicou que de acordo com o regimento  
81 das eleições há o sistema de cotas, com 20% (vinte por cento) para pessoas negras e  
82 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência, trans, quilombolas, LGBTQI+, e que  
83 há a necessidade de se fazer aferição das pessoas que se declaram como cotistas e para  
84 isso seria criada uma Comissão Nacional de Heteroidentificação e Aferição – CNHA. E  
85 que, quando as conversas foram iniciadas para se formar a comissão, Marcilene Garcia  
86 de Souza, que compõe a Comissão, indicou que 15 (quinze) pessoas não seria o  
87 suficiente, que precisariam de mais pessoas para se fazer todo o trabalho de aferição.  
88 Salientou que os objetivos do ponto são: Aprovar o novo texto da Instrução  
89 Normativa; Aprovar sugestões de novos nomes para ampliação da Comissão; Avaliar a  
90 viabilidade de dialogar com os CRPs sobre as alterações propostas, uma vez que não há  
91 tempo hábil para aguardar a nova APAF porque as bancas para pessoas negras e análise  
92 de documentos para as demais cotas se iniciam em 07 de abril de 2022. Camila Dias  
93 (GTec) relatou que ocorreu na semana retrasada reunião com a CNHA, cujo objetivo foi  
94 apresentar o processo eleitoral, apresentar o cronograma e verificar os fluxos de  
95 trabalho, bem como eleger uma coordenadora da comissão e informar que estes  
96 trabalhos já iniciarão no dia 07 (sete) de abril em cumprimento ao regimento interno.  
97 Disse que dos 15 (quinze) participantes da comissão, somente 4 (quatro) compareceram  
98 à reunião e que 1 (uma) pessoa desistiu quando foi apresentado o cronograma de  
99 trabalho. Comentou que algumas preocupações foram suscitadas durante a reunião. A  
100 primeira preocupação foi de que há a estimativa de 450 (quatrocentos e cinquenta)  
101 candidatos a serem avaliados, sendo 300 (trezentos) para reserva de vagas para pessoas  
102 negras e 150 (cento e cinquenta) para outras cotas e que os avaliadores precisam estar  
103 muito bem alinhados quanto aos conceitos e o que efetivamente será avaliado. E que a  
104 comissão, durante a reunião, sugeriu que a CNHA em si fosse transformada em  
105 comissão organizadora e que os avaliadores fossem contratados, pois no entendimento  
106 da comissão, somente 15 (quinze) pessoas avaliando não será o suficiente para o  
107 cumprimento da tarefa no prazo de tempo exigido. Outra preocupação trazida pela  
108 comissão, foi quanto à remuneração do trabalho. Camila Dias (GTec) elucidou, durante  
109 a reunião com a comissão, que não será um trabalho remunerado e que somente será

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

110 paga ajuda de custo, ou diária se houver deslocamento, o que não seria o caso, já que as  
111 avaliações seriam realizadas de forma remota. Ela entende que a contratação de uma  
112 empresa para realizar as avaliações não será possível, dadas as questões burocráticas  
113 que envolvem esse tipo de contratações. Disse que a sugestão é a ampliação da  
114 comissão de 15 (quinze) para 30 (trinta) membros, com 6 (seis) subcomissões com 5  
115 (cinco) pessoas em cada subcomissão, sendo 4 (quatro) subcomissões fixas para avaliar  
116 as pessoas negras e 2 (duas) subcomissões mistas para avaliar outras cotas. Ela ressaltou  
117 que o trabalho de avaliação é árduo para ser realizado em tempo tão exíguo, e,  
118 complementou dizendo que dia 07 (sete) de abril é o dia para se iniciar as avaliações.  
119 Apresentou o cronograma de avaliações da CNHA, dizendo que a primeira etapa  
120 começa dia 07 (sete) de abril e se encerra dia 06 (seis) de maio. E, concomitantemente,  
121 há os prazos para a análise dos recursos, onde há exigências a serem cumpridas e nova  
122 avaliação da subcomissão para averiguar se as exigências foram cumpridas. Disse que a  
123 segunda etapa de avaliações começa dia 27 (vinte e sete) de abril e se encerra no dia 18  
124 (dezoito de maio). E que as avaliações da Consulta Nacional seriam dos dias 20 (vinte)  
125 e 24 (vinte e quatro) de junho, e a segunda etapa seriam dias 05 (cinco) e 06 (seis) de  
126 julho. Destacou que há a possibilidade de recebimento de denúncias e que a CNHA  
127 deve ser acionada para averiguar estas denúncias. Salientou que o trabalho da CNHA é  
128 um trabalho curto em termos de prazo, mas extremamente volumoso. Disse ainda que a  
129 CNHA, durante a reunião, solicitou que o CFP fizesse peça publicitária, uma nota  
130 informando da inovação e do pioneirismo desse trabalho da CNHA no combate ao  
131 racismo institucional, buscando a representatividade e a diversidade no Sistema  
132 Conselhos. Alessandra Santos de Almeida se solidarizou com o trabalho a ser realizado  
133 e perguntou, como este é um serviço especializado, se não seria o caso de se solicitar a  
134 dispensa de licitação, já que é um trabalho essencial. Perguntou também como é  
135 realizado este tipo de trabalho, a análise das bancas nas outras organizações. Neuza  
136 Maria de Fátima Guareschi acha muito importante a divulgação do trabalho e citou um  
137 exemplo na Universidade em que foi realizada a autodeclaração com a apresentação de  
138 documentação, e que houve denúncia e na ocasião foi formada comissão para apurar  
139 esta denúncia especificamente. Célia Zenaide da Silva acha que existem psicólogas que  
140 seriam capazes de fraudar as avaliações e que é a favor das bancas avaliadoras. E  
141 perguntou quanto tempo demora uma licitação mais urgente. Fernanda Mendes (SE)  
142 informou sobre os prazos regimentais. Marisa Helena Alves ressaltou a importância de  
143 que a Marcilene Garcia de Souza seja a Coordenadora da CNHA e que haja a  
144 possibilidade de terceirização do serviço. Disse que alguns serviços nestes moldes já  
145 foram contratados pelo Sistema Conselhos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega  
146 quer saber se há a possibilidade legal de realizar essa contratação. João Diego (GJur)  
147 destacou que se a opção for a contratação de serviço terceirizado, então há que se  
148 obedecer ao que prega a legislação de compras e licitação no âmbito da administração.  
149 Ressaltou que a dispensa de licitação está prevista na lei. E salientou a importância de o  
150 CFP criar uma campanha de incentivo, para a composição da CNHA. Ana Sandra

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

151 Fernandes Arcoverde Nóbrega destacou a necessidade de se pensar em termos de  
152 legalidade para que não haja a judicialização. João Diego (GJur) comentou, a título de  
153 exemplo, que na eleição para conselhos profissionais no Distrito Federal, formaram-se  
154 as bancas de avaliação e determinou-se que a autodeclaração bastaria, entretanto,  
155 algumas candidatas e alguns candidatos utilizaram de má-fé na autodeclaração e as  
156 eleições foram judicializadas. Dessa forma, destaca a necessidade de que as comissões  
157 sejam instituídas, de forma a se ter a segurança jurídica necessária. Acrescentou ainda  
158 que, se partir do pressuposto de que o trabalho da comissão é um serviço e que há a  
159 necessidade de se remunerar a comissão, há a necessidade de se cumprir o que  
160 estabelece a legislação que rege a Licitação. Marisa Helena Alves entende que, dado o  
161 início dos COREPs, se possa aumentar o quantitativo de pessoas que formam a  
162 comissão e se estabelecer subcomissões que possam estar presencialmente no CFP, para  
163 realizar as identificações e emitir os pareceres, justificando que o trabalho seria  
164 realizado junto à Comissão Eleitoral Regular – CER, e, entende que a ajuda de custo, as  
165 diárias devem ser pagas aos avaliadores. Ponderou que a dificuldade neste momento  
166 seria realizar os contatos e verificar a disponibilidade das pessoas em compor a CNHA.  
167 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega questionou se as pessoas iriam aceitar esta  
168 nova configuração da comissão. Marisa Helena Alves acha que a comissão pode ser  
169 ampliada, que mais contatos devem ser realizados, com por exemplo, 50 (cinquenta)  
170 pessoas, e que se façam subcomissões de 5 (cinco) pessoas. E que as avaliações seriam  
171 sempre presenciais com a comissão em Brasília. Camila Dias (GTec) comentou que o  
172 recurso deve ser avaliado por uma subcomissão diferente e que inicialmente se pensou  
173 em alterar a comissão para 30 (trinta) membros e se formar 4 (quatro) subcomissões.  
174 Mas, caso seja a solicitação de que se formem 6 (seis) subcomissões para a avaliação  
175 das pessoas negras, que o trabalho seria mais delimitado, com o agendamento das  
176 bancas e a emissão de pareceres. Argumentou a importância de que o plenário faça a  
177 indicação de nomes para compor a comissão. Marisa Helena Alves acha que se fazer as  
178 avaliações de forma presencial, ajuda as pessoas a se organizarem. Alessandra Santos de  
179 Almeida perguntou sobre como a comissão será ampliada e pensa ser muito interessante  
180 a convocatória pública, mas ponderou que não há tempo hábil e perguntou se podem ser  
181 indicadas não psicólogas para compor a comissão. Camila Dias (GTec) disse que na  
182 Instrução Normativa anterior mencionava preferencialmente psicólogas, e que essas  
183 pessoas passariam por uma capacitação. Entretanto, disse que o CFP não terá tempo  
184 hábil de ofertar a referida capacitação, então na Instrução Normativa atual determina  
185 que será discricionária a participação em capacitação. Sobre as indicações, salientou que  
186 solicitaram que a comissão atual indicasse nomes, mas não houve indicação e que a  
187 GTec fez o levantamento de nomes com a ajuda da Coordenadora Geral, Emanuelle  
188 Silva, mas que foram poucos os nomes levantados. Projetou os nomes levantados. Ana  
189 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega pediu que o plenário indique nomes. E que o  
190 contato com os nomes indicados seja realizado na próxima semana, dada a urgência.  
191 Camila Dias (GTec) perguntou se a lista apresentada das indicações estava aprovada. O

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

192 plenário anuiu. Perguntou também quantas serão as subcomissões que devem constar da  
193 Instrução Normativa, se 6 (seis) ou 8 (oito) ao todo. Perguntou também sobre a  
194 capacitação, se pode ser realizado um treinamento rápido. Ana Sandra Fernandes  
195 Arcoverde Nóbrega disse que a capacitação, neste momento, poderia ser deixada de  
196 lado, dadas as indicações que estão sendo realizadas, que são pessoas que já possuem  
197 experiência neste tipo de aferição. Izabel Augusta Hazin Pires acredita que deva ser  
198 realizada uma reunião com toda a comissão para alinhamento, estabelecimento dos  
199 critérios, um momento para que possam estabelecer a forma através da qual o trabalho  
200 será conduzido. E que há a necessidade de uma coordenadora de toda a comissão.  
201 Emanuelle Silva (CG) disse que este é um momento muito caro para a população negra  
202 e que é preciso entender que há todo um investimento intelectual dos negros,  
203 quilombolas, e outros povos e que para a próxima Instrução Normativa haja a previsão  
204 de contratação destes serviços, pois há a chance de que as pessoas indicadas não se  
205 disponibilizem. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou que se não houver  
206 disponibilidade das pessoas, que será necessário um processo burocrático de acordo  
207 com a lei. Maria de Jesus Moura comentou que Marcilene Garcia de Souza possui  
208 bastante expertise e ministra um curso de alinhamento na Universidade, então que ela  
209 seria a pessoa indicada para ser a coordenadora da comissão. Após amplo debate do  
210 plenário, passou-se à leitura da Instrução Normativa e as sugestões foram apontadas.  
211 Artigo 2º sugestão: “Art. 2º A Comissão Nacional de Heteroidentificação e Aferição  
212 será composta por até 50 (cinquenta) integrantes preferencialmente psicólogas,  
213 designadas pelo Conselho Federal de Psicologia, e atenderá ao critério de diversidade,  
214 garantindo que seus membros sejam distribuídos por identidade de gênero, etnia,  
215 raça/cor, região e deficiência”. Sugestão do artigo 13: “Art. 13 - A Comissão Nacional  
216 de Heteroidentificação e Aferição será dividida em até dez subcomissões, compostas  
217 por cinco membros cada. § 1º Seis subcomissões serão voltadas à realização de banca  
218 para verificação e confirmação da autodeclaração das candidaturas negras, nos termos  
219 do art. 6, inciso I e III. § 2º Quatro subcomissões, com composição mista, serão voltadas  
220 à verificação e confirmação dos documentos apresentados pelas candidatas às vagas de  
221 cotas para indígenas, pessoas trans e pessoas com deficiência e povos tradicionais, nos  
222 termos do art. 6º, inciso II e III. O plenário aprovou por unanimidade as alterações da  
223 Instrução Normativa. **Encaminhamentos:** A) A Comissão será formada por até 50  
224 pessoas, divididas em até 10 subcomissões com 05 integrantes cada; A.1) Dessas, seis  
225 comissões serão para realizar as bancas das pessoas que concorrerão às cotas para  
226 pessoas negras; A.2) As outras quatro, serão voltadas para análise de documentação das  
227 demais cotas; A.3) Os membros da Comissão não precisam ser psicólogas; A.4) Novas  
228 indicações foram feitas; A.5) Convidar a senhora Marcilene Garcia de Souza para  
229 Coordenar a Comissão. B) As subcomissões poderão trabalhar presencialmente em  
230 Brasília conforme calendário do Regimento eleitoral. C) Caso exista contestação das  
231 decisões de uma subcomissão, o assunto será avaliado em instância recursal por uma  
232 outra comissão dentre as 10 formadas. D) O Plenário aprovou a Minuta de Instrução

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

233 Normativa com as alterações sugeridas. E) O CFP deverá organizar uma oficina virtual  
234 com os integrantes da comissão para integração e alinhamento dos critérios de  
235 análise. F) Elaborar nota informando sobre o pioneirismo, no sistema conselhos, da  
236 CNHA. **Ponto 5: GT GENOMAS BRASIL: ATUAÇÃO DO CFP NO GT DE**  
237 **APRIMORAMENTO DE PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DAS**  
238 **RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM ACONSELHAMENTO**  
239 **GENÉTICO (Processo Sei nº 576600020.000140/2022-34).** Daniel Arruda (GRI)  
240 comentou que em 27/09/2021 (vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e um), o CFP  
241 indicou a psicóloga colaboradora Cláudia Berlim de Mello como representante da  
242 autarquia junto ao "GT de Aprimoramento de Projetos Político Pedagógicos das  
243 Residências Multiprofissionais do Programa Genomas Brasil. Foram realizadas, até o  
244 momento, quatro reuniões: 19/11/2021, 17/12/2021, 14/01/2022 e 11/02/2022. A  
245 representante Cláudia Berlim de Mello tem mantido a GRI informada das ações junto ao  
246 GT, e em fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois) ela informou que as reuniões do GT  
247 têm se dedicado ao tema mais específico do Aconselhamento Genético e solicitou à GRI  
248 materiais de referência, com posicionamento do CFP sobre o tema. Consultada, a  
249 Gerência Técnica informou que o CFP não tem material produzido relativo ao tema. Na  
250 ausência de referenciais balizadores, a Sra. Cláudia Berlim elaborou uma proposta sobre  
251 qual seria o papel da psicologia no Aconselhamento Genético, que foi apresentada na 3ª  
252 reunião do GT. No entanto, a representante relata que vem encontrando dificuldades  
253 junto ao GT ao tentar demarcar o papel da psicóloga, por não haver um consenso  
254 interno na Psicologia em relação à atuação no campo do Aconselhamento Genético,  
255 suas especificidades, tanto na perspectiva do atendimento individual quanto numa  
256 equipe multidisciplinar. Ela informa ainda que outras profissões representadas no GT já  
257 têm esse debate em nível mais adiantado e, algumas, contam até com regulamentações,  
258 fator que tem dificultado seus posicionamentos junto ao grupo. O documento segue em  
259 elaboração pelo GT e espera-se que ele apresente: o que se espera do perfil do egresso  
260 em Psicologia na atuação nos processos de aconselhamento genético; quais as diretrizes  
261 ou os conteúdos necessários para a formação desse profissional. A representante  
262 apresenta, para apreciação pelo Plenário, o estágio atual de suas contribuições já  
263 encaminhadas ao GT, sobre a atuação da Psicologia no âmbito do Aconselhamento  
264 Genético. Cláudia Berlim se apresentou, disse que era um privilégio participar de uma  
265 discussão tão importante. Informou que estão, atualmente, discutindo a atuação  
266 psicológica no programa de residência multidisciplinar em aconselhamento genético.  
267 Disse que o aconselhamento genético que está sendo proposto está relacionado à  
268 prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, com ênfase no cuidado  
269 continuado, humanizado e integral em saúde das pessoas. Falou dos contextos de  
270 atuação, quais sejam, pré- concepcional, pré-natal, pós-natal e oncológico. Informou  
271 sobre a carga horária da residência multiprofissional, das profissões que estariam  
272 vinculadas, dos cenários de atuação e das atribuições do conselheiro geneticista. Disse  
273 também que o GT realizará a 6ª reunião e que há algumas questões que necessitam de

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

274 delimitação, como a importância de criar espaço de discussão por categoria profissional,  
275 a ausência de normativas da atuação da psicóloga em AG, ênfase nos saberes e práticas  
276 da Psicologia em AG, reflexões sobre possíveis lacunas dos currículos da graduação,  
277 favorecer a atuação multidisciplinar. Comentou que já trabalhou com genética e o  
278 contexto é de pessoas fragilizadas e, dessa forma, quis compartilhar com o plenário  
279 estas questões para se pensar qual o papel da psicologia neste tipo de trabalho.  
280 Ressaltou que algumas categorias profissionais já possuem normativas em  
281 aconselhamento genético e a psicologia ainda não possui. Disse que o GT definiu que o  
282 perfil do egresso da psicologia seria um perfil com ampliação do espaço de escuta,  
283 reflexão, avaliação dos possíveis sinais de fragilidade. Acha que seria necessário se  
284 pensar quais as disciplinas da psicologia que poderiam compor o conteúdo da  
285 residência, já que é um contexto multiprofissional, e disse que uma das disciplinas que  
286 está prevista é “Fundamentos da Psicologia” e que é preciso também se definir quais as  
287 atividades práticas e quais os limites de atuação da psicóloga em uma equipe  
288 multidisciplinar. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos acha que o assunto é novo e que é  
289 necessário um tempo para apropriação do tema, destaca ainda a necessidade de escutar  
290 profissionais que atuam na área. Pontua que existem fenômenos psicológicos que  
291 possuem relação com as questões genéticas. Anna Carolina Lo Bianco Clementino disse  
292 que trabalhou no Inca com aconselhamento genético e que no curso de Psicologia da  
293 UFRJ existe um semestre no qual é ministrada a matéria de Genética. Cláudia Berlim  
294 comentou que a preocupação é se formar um espaço para que a profissional faça uma  
295 escuta especializada. Izabel Augusta Hazin Pires sugeriu que o plenário se debruce em  
296 currículos de residência multiprofissional e verifique de que modo a psicologia está  
297 contemplada nestes currículos e também ouvir pessoas que trabalham com o  
298 aconselhamento genético. Acha muito importante se montar um grupo interno de  
299 trabalho do CFP para discutir o assunto. Se mostraram interessados em participar:  
300 Izabel Hazin, Célia Zenaide da Silva, Anna Carolina Lo Bianco, Rodrigo Acioli.  
301 Cláudia Berlim comentou que a próxima reunião do GT de Aprimoramento de Projetos  
302 Político Pedagógicos das Residências Multiprofissionais do Programa Genomas Brasil  
303 acontecerá no dia 22/04/2022 (vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois). A  
304 plenária foi interrompida às 12:13 horas (doze horas e treze minutos) e retomada às 14:  
305 30 (catorze horas e trinta minutos). **Ponto 6: PONTOS PLENÁRIAS (PONTO**  
306 **INSERIDO NA HORA).** Neuza Maria de Fátima Guareschi comentou que seria  
307 importante que se fizesse uma triagem anterior dos pontos que são pautados para a  
308 plenária, pois há diversos pontos que podem ser deliberados na reunião de Diretoria.  
309 **Encaminhamentos:** O Plenário acatou a sugestão de reavaliar os pontos que são  
310 pautados para a Plenária, considerando que alguns pontos podem ser deliberados pela  
311 Diretoria. **Ponto 7: PLENÁRIAS ITINERANTES (PONTO INSERIDO NA**  
312 **HORA).** A Conselheira Alessandra propôs a realização de plenárias itinerantes, para  
313 que o CFP tenha a oportunidade de visitar os regionais e conhecer os contextos  
314 específicos de cada um. Contou que na Bahia foram realizadas plenárias no estado e que

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

315 foram muito importantes para a categoria. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega  
316 acha que a ida aos CRPs é muito importante, mas que por um lado se perde a chance de  
317 estar no CFP. Ressaltou que esta gestão ficou muito distante dada a pandemia, mas que  
318 a ideia é muito interessante. E disse que é preciso balizar o impacto da plenária  
319 itinerante. Comentou ainda que, caso o CFP seja homenageado em algum outro CRP,  
320 que a plenária itinerante poderá ser realizada neste CRP. Disse que não seria possível  
321 realizar uma reunião itinerante a cada mês, mas pensar na possibilidade de realizar  
322 algumas plenárias nos CRPs. **Encaminhamentos:** A) O Plenário se manifestou a favor  
323 da realização de plenárias itinerantes; B) As plenárias itinerantes não ocorrerão  
324 mensalmente, serão agendadas conforme a disponibilidade de agenda. **Ponto 8:**  
325 **JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE**  
326 **RECURSO (ORIUNDO DO CRP 19) (Processo Sei nº 576600020.001895/2021-75).**  
327 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega informa que nesse momento será feito o  
328 julgamento do processo administrativo 576600020.001895/2021-75, oriundo do CRP  
329 19, referente ao recurso para obtenção de título de especialista em Neuropsicologia,  
330 protocolado no CFP no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um, cuja relatoria foi  
331 designada à conselheira Alessandra Santos de Almeida. A conselheira presidente, passa  
332 a palavra à conselheira relatora, Alessandra Santos de Almeida, que procedeu à leitura  
333 do Relatório Processual Administrativo, e por fim manifestou seu voto: “Diante do  
334 exposto, voto por conhecer e negar provimento ao recurso mantendo a decisão do  
335 Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região”. A presidente da mesa abre para  
336 perguntas e pedido de vistas, porém não foram manifestadas dúvidas nem formulados  
337 pedidos de vistas por parte do plenário. Passou-se então à votação: Célia Zenaide da  
338 Silva, Robenilson Moura Barreto, Izabel Augusta Hazin Pires, Anna Carolina Lo  
339 Bianco Clementino, Losiley Alves Pinheiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de  
340 Fátima Guareschi, Marisa Helena Alves, Maria de Jesus Moura e Ana Sandra Fernandes  
341 Arcoverde Nóbrega acompanharam o voto da relatora. Na sequência, Ana Sandra  
342 Fernandes Arcoverde Nóbrega faz a leitura do Acórdão  
343 Processual. **Encaminhamentos:** Por unanimidade, foi aprovada a decisão dada pelo  
344 voto da relatora. **Ponto 9: HOMENAGEM A ROGÉRIO GIANNINI (Processo Sei**  
345 **nº 576600004.000081/2022-01).** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega deu as  
346 boas-vindas ao ex-presidente do CFP, Rogério Giannini, e comentou que todo o  
347 plenário deseja fazer uma homenagem. Conselheiros e conselheiras deram depoimentos  
348 e o homenageado também falou ao Plenário. **Ponto 10: DESIGNAÇÃO DE**  
349 **RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE**  
350 **RECURSO (Processo Sei nº 576600020.000229/2022-09).** Ana Sandra Fernandes  
351 Arcoverde Nóbrega comenta que o objetivo desse ponto é designar relatora para o  
352 processo administrativo 576600020.000229/2022-09-52, oriundo do CRP 06, referente  
353 a recurso para concessão de título de especialista em Psicologia  
354 Clínica. **Encaminhamentos:** A) Foi designada a conselheira Célia Zenaide da Silva  
355 como relatora deste processo; B) Caso a conselheira Célia Zenaide conheça a

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

356 demandante a relatoria do processo administrativo será feita por Alessandra Santos de  
357 Almeida. **Ponto 11: JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES ÉTICOS**  
358 **- MAIO E JUNHO 2022 (Processo Sei nº 576600028.000047/2022-50).** Marisa  
359 Helena Alves comentou que o Conselho Federal de Psicologia tem, atualmente, 47  
360 (quarenta e sete) Processos Éticos aguardando em fila para julgamento de recurso. Por  
361 questões técnicas, faremos uma modificação na ordem de um processo já pautado  
362 anteriormente para maio e pautamos 4 (quatro) processos para junho de 2022 (dois mil e  
363 vinte e dois). Salientou que o objetivo do ponto é pautar os julgamentos dos Processos  
364 Disciplinares Éticos para os meses de maio e de junho. Disse que os julgamentos dos  
365 processos éticos que ocorrerão em 20/05/2022 (vinte de maio de dois mil e vinte e dois)  
366 contarão com a presença dos Conselheiros do Grupo 1, a saber: Ana Sandra Fernandes,  
367 Izabel Hazin, Maria de Jesus Moura, Losiley Pinheiro, Neuza Guareschi, Norma  
368 Cosmo, Robenilson Barreto, Rodrigo Acioli, Tahiná Vianey e Marisa Helena Alves. E  
369 que os julgamentos dos processos éticos que ocorrerão em 24/06/2022 (vinte e quatro de  
370 junho de dois mil e vinte e dois) contarão com a presença dos Conselheiros do Grupo 2,  
371 a saber: Ana Sandra Fernandes, Adinete Mezzalira, Alessandra de Almeida, Anna  
372 Carolina Lo Bianco, Célia Zenaide, Katya Luciane de Oliveira, Marina de Pol Poniwas  
373 e Marisa Helena Alves. Katya Luciane de Oliveira comentou que não tem mais  
374 disponibilidade de ser relatora de nenhum processo disciplinar, pois já foi relatora de  
375 vários processos e está com algumas atividades acumuladas. **Encaminhamentos: A) O**  
376 **Plenário aprovou as indicações de relatoria para julgamento dos processos éticos que**  
377 **serão apreciados em 20/05/2022: A.1) PDE nº 571200182.000010/2021-01, oriundo do**  
378 **CRP-12/SC - Relatora: Maria de Jesus Moura; A.2) PDE nº 576600020.001852/2021-**  
379 **90, oriundo do CRP-09/GO - Relatora: Losiley Alves Pinheiro; A.3) PDE nº**  
380 **576600020.000282/2020-30, oriundo do CRP-04/MG - Relator: Rodrigo Acioli Moura;**  
381 **A.4) PDE nº 570400097.000029/2021-61, oriundo do CRP-04/MG - Relator:**  
382 **Robenilson de Moura Barreto. B) O Plenário aprovou as indicações de relatoria para**  
383 **julgamento dos processos éticos que serão apreciados em 24/06/2022: B.1) PDE nº**  
384 **576600020.001815/2021-81, oriundo do CRP-03/BA - Relatora: Adinete Sousa da**  
385 **Costa Mezzalira; B.2) PDE nº 576600020.001853/2021-34, oriundo do CRP-10/PA -**  
386 **Relatora: Alessandra Santos de Almeida; B.3) PDE nº 576600020.001657/2021-60,**  
387 **oriundo do CRP-15/AL - Relatora: Célia Zenaide da Silva; B.4) PDE nº**  
388 **576600020.001541/2021-21, oriundo do CRP-16/ES - Relatora: Katya Luciane de**  
389 **Oliveira. C) A Conselheira Katya solicitou que não designassem mais processos para**  
390 **ela no momento. Ponto 12: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA**  
391 **CONSULTA PÚBLICA SOBRE PSICOTERAPIA (Processo Sei nº**  
392 **576600003.000174/2021-56).** Rodrigo Acioli Moura disse que em observância aos  
393 encaminhamentos estabelecidos pela APAF para o GT Psicoterapia, o referido Grupo  
394 apresentou, na APAF de dezembro de 2020 (dois mil e vinte), uma proposta de estrutura  
395 para consulta pública relativa à exclusividade da psicoterapia para psicólogas (os), a  
396 qual foi devidamente aprovada pela instância. Também foi aprovada a realização de um

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscitas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

397 seminário nacional precedendo a consulta. O seminário nacional "Psicoterapia:  
398 formação, qualificação e regulamentação" foi realizado no dia 24 (vinte e quatro) de  
399 abril de 2021 (dois mil e vinte e um), no qual houve apresentação da consulta pública  
400 sobre o tema, cujo lançamento se efetivou no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2021 (dois  
401 mil e vinte e um). A categoria teve até o dia 26 (vinte e seis) de maio para responder à  
402 Consulta Pública, composta de perguntas abertas e fechadas. Finalizada a vigência da  
403 Consulta, com 17.580 (dezessete mil, quinhentos e oitenta) respondentes, realizou-se o  
404 tratamento dos dados quantitativos dela decorrentes, gerando, inicialmente, um relatório  
405 preliminar desses resultados, o qual foi apresentado na 44ª Reunião Plenária, realizada  
406 em 11/06/2021 (onze de junho de dois mil e vinte e um). A partir da análise inicial do  
407 referido relatório e dos diálogos realizados durante a referida plenária, houve alguns  
408 encaminhamentos: 1- Neste primeiro momento, informar à categoria apenas que a  
409 consulta foi finalizada e que os dados estão sendo tabulados. Informar na divulgação  
410 uma data (posterior à APAF) para a divulgação dos dados parciais; 1.1 Alinhar na  
411 APAF como será feita a divulgação dos dados parciais; 2- Pautar para a próxima  
412 plenária para definição do posicionamento do CFP. Em retomada do assunto, na 48ª  
413 Reunião Plenária, realizada no dia 23/07/2021 (vinte e três de julho de dois mil e vinte e  
414 um), deliberou por: Aguardar a sistematização da pesquisa para discutir novamente esse  
415 assunto. Concluída a sistematização das questões fechadas e abertas, esta resultou em  
416 um relatório único, o qual foi apresentado na APAF de novembro de 2021 (dois mil e  
417 vinte e um), com o objetivo de também deliberar-se sobre as providências cabíveis,  
418 tendo-se como um dos encaminhamentos: CFP e CRPs deverão promover seminários  
419 regionais psicoterapia para falar sobre atuação dos psicólogos na psicoterapia e  
420 conversar sobre o resultado da consulta pública. Desta forma, ainda ficou pendente a  
421 questão da divulgação do resultado da consulta pública para a categoria e que há a  
422 necessidade de divulgação do resultado. Salienta-se que estamos sendo cobrados pela  
423 categoria por meio da Ouvidoria e das nossas redes sociais, especialmente em postagens  
424 relacionadas à temática de Psicoterapia; por entidades, a exemplo da Fenapsi e da ANS;  
425 e por CRPs, a exemplo do CRP-21. Perguntou como será feita esta divulgação, dada as  
426 cobranças que vem acontecendo e salientou que necessita de autorização do plenário  
427 para realizar a divulgação. Acredita que seja ideal que a divulgação seja feita antes da  
428 próxima Apaf e que as solicitações de divulgação estão chegando via ofício e é  
429 necessário darmos uma resposta. Anna Carolina Lo Bianco Clementino pensa que essa  
430 deliberação pode ser feita na próxima plenária, dias 08 (oito) e 09 (nove) de abril, pois  
431 este tema é muito delicado e tem muitas repercussões. Rodrigo Acioli Moura discordou  
432 e salientou que esta discussão tem ocorrido há algum tempo no plenário e que agora  
433 estamos sendo oficiados. E questionou como iremos responder a estes ofícios.  
434 Alessandra Santos de Almeida acredita que a linha de resposta a estes ofícios é que  
435 estamos priorizando a edição e a publicação da Resolução sobre a Psicoterapia.  
436 **Encaminhamentos:** A) A data e o formato da divulgação do resultado da consulta  
437 serão discutidos na próxima Plenária; B) Caso a ausência de divulgação do resultado

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

438 seja questionada, a resposta do CFP deve explicar que a prioridade no momento é a  
439 conclusão da resolução sobre psicoterapia. **Ponto 13: MINUTA DE PROJETO DE**  
440 **LEI SOBRE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (Processo Sei nº**  
441 **576600034.000021/2022-22).** Katya Luciane de Oliveira destacou que nesta plenária  
442 será somente um informe, mas que na próxima plenária, nos dias 08(oito) e 09 (nove) de  
443 abril de 2022 (dois mil e vinte e dois) o ponto será pautado com mais detalhes.  
444 Comentou que no dia 15 (quinze) de março do corrente ano, o assessor Raymundo  
445 Chaves Jr, do gabinete da senadora Simone Tebet, solicitou análise de Minuta de  
446 Projeto de Lei sobre a Avaliação Psicológica, enviada por psicóloga de Minas Gerais,  
447 para verificar pertinência e oportunidade de apresentação da matéria. No dia 18 de  
448 março, a Assessoria Parlamentar encaminhou a Minuta em tela para ela e para a  
449 coordenação-geral - CG, para subsidiar resposta ao gabinete da senadora. No mesmo  
450 dia, verificou-se que era preciso atualizar a análise de conjuntura para deliberação,  
451 tendo em vista a ADI 3481. A partir disso, a Gerência Jurídica foi consultada para  
452 parecer do cenário da ADI 3481 no STF. Levando em consideração o exposto e a falta  
453 de informações mais nítidas, uma reunião entre a conselheira, a ASPAR, GJUR E  
454 GTEC foi realizada para levantar as possíveis deliberações, chegando-se à conclusão  
455 que o assunto precisa ser avaliado pela Plenária e Diretoria, mesmo que em caráter de  
456 informe, em primeiro momento. A CCAP já está analisando a Minuta e trabalha com a  
457 possibilidade de propor as correções dos equívocos ou de justificar a sugestão de  
458 rejeição da Minuta para a senadora. A Aspar permanece monitorando o assunto em  
459 busca de maiores informações sobre o fato. A Gerência Jurídica aguarda as análises para  
460 instruir a respeito da ADI 3481 em momento oportuno. **Encaminhamentos:** A  
461 Conselheira Katya irá apresentar o assunto de forma mais detalhada em uma próxima  
462 plenária. **Ponto 14: MAIO AMARELO - ADESÃO DO CFP (Processo Sei nº**  
463 **576600005.000061/2022-11).** Alessandra Santos de Almeida solicitou pautar ao  
464 Plenário a adesão do CFP à Campanha "Maio Amarelo". Disse que o Movimento Maio  
465 Amarelo buscar chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no  
466 trânsito em todo o mundo. E que o objetivo do movimento é uma ação coordenada entre  
467 o Poder Público e a sociedade civil, com a intenção de colocar em pauta o tema  
468 segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos:  
469 órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade  
470 civil organizada para, fugindo das falácias cotidianas e costumeiras, efetivamente  
471 discutir o tema, engajar-se em ações e propagar o conhecimento, abordando toda a  
472 amplitude que a questão do trânsito exige, nas mais diferentes esferas. Ana Sandra  
473 Fernandes Arcoverde Nóbrega comentou que existem muitas campanhas motivadas  
474 pelas cores e que o plenário não pode ser tomado pela lógica das cores e sim pelo  
475 conteúdo de cada campanha. Alessandra Santos de Almeida destacou que as cores  
476 podem não fazer sentido em outras áreas, mas que no contexto do trânsito a cor amarela  
477 faz referência ao semáforo. E que a campanha poderia ter um mote educativo e que o  
478 CFP deveria aderir à campanha. Izabel Augusta Hazin Pires, salientou que a questão é o

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

479 nome “maio amarelo”, e que devemos acatar a temática sem fazer referência à cor, se  
480 falar da pauta, dando outra perspectiva. **Encaminhamentos:** O Plenário deliberou por  
481 abordar a temática da campanha, mas sem fazer relação ao amarelo, uma vez que já  
482 houve decisão do Plenário de não adotar a política das cores (saúde mental de janeiro a  
483 janeiro). Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega agradeceu a presença de todas e a  
484 acolhida do CRP 05. A reunião plenária foi encerrada às dezoito horas e doze minutos.  
485 Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e  
486 assinada por todos as presentes nomeadas.

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 25/05/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 28/05/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 31/05/2022, às 23:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 30/06/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 07/07/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 18/07/2022, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **0581419** e o código CRC **8A7903F3**.

---